

Portugal e o Norte de África: Entre a Guerra, a Paz e a Cooperação

Paulo Drumond Braga
Cátedra Infante D. Henrique para os
Estudos Insulares, Atlânticos e a Glo-
balização • Instituto Europeu de Ciên-
cias da Cultura Padre Manuel Antunes

Independentemente das relações muitas vezes conturbadas entre Portugal e o Norte de África, as influências culturais, e de entre estas, as culinárias, acabaram por se fazer sentir significativamente, o que se explica de forma simples, uma vez que os muçulmanos dominaram a Península Ibérica durante vários séculos e na mesma permaneceram, após a chamada Reconquista, quer como homens livres quer na condição de escravos, assim se mantendo até à expulsão decretada por D. Manuel I, em 1496. Por outro lado, a conquista pelos portugueses de praças-fortes em Marrocos, a partir de 1415, continuou a permitir a circulação de muçulmanos em Portugal, primeiro na condição de mouros, depois na de mouriscos e com eles se renovaram hábitos e costumes alimentares, alguns dos quais, aparentemente, caídos em desuso.

1. Da conquista de Ceuta (1415) ao abandono de Mazagão (1769)

Os contactos entre Portugal e o Norte de África foram reduzidos antes de 1415, atendendo sobretudo à inimizade secular assente nas diferenças religiosas, que faziam do Islão um dos inimigos mais relevantes da Cristandade¹, o que tornava a guerra justa². Recorde-se o próprio facto de Portugal ter nascido no quadro geral da Reconquista cristã ibérica. De resto, a própria Península tinha presença muçulmana, quer em termos de um Reino, Granada, que durou até 1492, e com o qual Portugal não deixou de se relacionar³, quer da existência de habitantes em solo luso, constituindo a minoria moura ou mudéjar⁴. Ainda assim, a documentação regista alguns contactos comerciais com o Norte de África em tempos medievais⁵.

Tendo a Reconquista cristã terminado, no caso português, em 1249, com a conquista definitiva do Algarve por D. Afonso III (1210-1279, r. 1248-1279), não deixou de existir, na Península Ibérica, a ideia do prosseguimento da guerra contra o Islão, quer em Granada, quer no Norte de África. Achando-se Portugal em paz após um longo confronto bélico com Castela, que conheceu duas fases (1385-1393 e 1396-1402), e aproveitando o facto de o reino vizinho desejar a

1 Ricardo Ventura, “Anti-islamismo”, in José Eduardo Franco (dir.), *Dicionário dos Antis. A Cultura Portuguesa em Negativo*, vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2018, pp. 1029-1046.

2 Margarida Garcez Ventura, “A ‘guerra justa’: tradição, doutrina e prática nos inícios da modernidade. O caso português”, in *Homo Viator. Estudos em Homenagem a Fernando Cristóvão*, Lisboa: Colibri, 2004, pp. 565-586.

3 A. H. de Oliveira Marques, “A circulação e a troca de produtos”, in Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (coord.), *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XV (= Nova História de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III), Lisboa: Presença, 1996, p. 516; Idem, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV (= Nova História de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV), Lisboa: Presença, 1987, p. 319; José Enrique López de Coca Castañer, “Sobre las relaciones de Portugal com el Reino de Granada (1369-1415)”, *Meridies*, n.º 5-6, Córdoba, 2002, pp. 205-210.

4 Maria Filomena Lopes de Barros, *Tempos e Espaços de Mouros. A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007.

5 A. H. de Oliveira Marques, “A circulação e a troca de produtos”...., *cit.*, p. 516; Idem, *Portugal na Crise...*, *cit.*, p. 165, *passim*.

todo o custo manter a paz — recorde-se que Fernando de Antequera (1380-1416), regente de Castela, achava-se, desde 1410, empenhado em assumir a Coroa de Aragão, o que não conseguiu facilmente —, D. João I (1357-1433, r. 1385-1433) sentiu tranquilidade suficiente, ao finalizar a primeira década de Quatrocentos, para pensar numa grande empresa militar contra o Islão. Depois de abandonado o projeto de ataque a Granada, por receio de uma eventual má reação de Castela, optou pelo Reino de Fez, no Norte de África. Assim, em 1415, D. João I comandou nominalmente a empresa que se traduziu pela conquista de Ceuta. A mesma foi, na prática, dirigida pelos seus três filhos mais velhos, D. Duarte (1391-1438), D. Pedro (1392-1449) e D. Henrique (1394-1460), e pelo bastardo, D. Afonso (1377-1461), conde de Barcelos, e na mesma integraram-se ainda o condestável do Reino, Nuno Álvares Pereira (1360-1431), e muitos outros nobres. Ceuta foi conquistada em 21 de agosto de 1415. O rei armou os filhos e vários outros nobres cavaleiros, hesitou entre ocupar a cidade e abandoná-la e, quando optou pela primeira hipótese, entregou a capitania a D. Pedro de Meneses (1370-1437), filho de um aristocrata que em Aljubarrota morrera a combater ao lado de Castela. D. João I passou a ser rei de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta⁶.

Cercada duas vezes, em 1418 e em 1419, Ceuta achou-se bastante isolada, o que levou frequentemente a pensar na necessidade de prosseguir a guerra no Norte de África⁷. O sucessor de D. João I,

6 Paulo Drumond Braga, *Uma Lança em África. História da Conquista de Ceuta*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015; Luís Miguel Duarte, *Ceuta, 1415*, Lisboa: Horizonte, 2015; João Gouveia Monteiro, *1415, a Conquista de Ceuta*, Lisboa: Manuscrito, 2015.

7 Dispomos de várias visões de conjunto sobre a presença portuguesa no Norte de África. Cf. Maria Augusta Lima Cruz, “Marrocos”, in Luís de Albuquerque (dir.), *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. 1, Lisboa: Caminho, 1994, pp. 694-702; António Dias Farinha, “Norte de África”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 1 (*A Formação do Império. 1415-1570*), Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 118-136; Idem, *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa: Instituto Camões, 1999; João Paulo de Oliveira e Costa (coord.), *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014; Paulo Vicente, “Marrocos”, in Francisco Contento Domingues (dir.), *Dicionário da Expansão Portuguesa. 1415-1600*, vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 2016, pp. 684-691. Exclusivamente sobre o século XV, veja-se António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV*, 3 vols., Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990; Paulo Drumond Braga, “A expansão no norte de África”, in A. H. de Oliveira Marques (coord.), *A Expansão Qua-*



Fig. 1 — Fortaleza portuguesa de Ceuta.
Fotografia de Isabel Drumond Braga (IDB).

D. Duarte (r. 1433-1438), solicitou o parecer de vários irmãos, tendo-se D. Henrique manifestado um entusiasta defensor, ao passo que D. Pedro, D. João (1400-1442) e o conde de Barcelos se lhe opuseram. Em 1436, D. Duarte anunciou uma nova empresa contra o Islão, enviada no ano seguinte, sob o comando de D. Henrique e com a presença do mais jovem dos infantes da *Ínclita Geração*, D. Fernando (1402-1443). As instruções régias eram claras: os portugueses deveriam dividir a frota em três partes, atacando Tânger, Alcácer Ceguer e Arzila. Mas D. Henrique desrespeitou-as, decidindo investir unicamente sobre Tânger. A empresa redundou num completo fracasso e, nas tréguas assinadas com os muçulmanos, os portugueses obrigaram-se a devolver Ceuta. Como garantia, o infante D. Fernando ficou refém. Começou por ser levado para Arzila, onde permaneceu sete meses, passando depois a Fez, onde seria praticamente impossível qualquer tentativa de fuga. Nos anos que se seguiram, quer o rei D. Duarte, quer aqueles que por sua morte detiveram a

trocentista (= *Nova História da Expansão Portuguesa*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II), Lisboa: Estampa, 1998, pp. 235-360. Os aspetos militares foram sistematizados por Luís Miguel Duarte, “África”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1, Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 392-409.

regência — sua viúva, a rainha D. Leonor de Aragão (1402-1445), e seu irmão, D. Pedro —, procuraram sempre concretizar a libertação do infante, quer através da devolução de Ceuta — que esteve várias vezes quase a ser efetivada, mau grado a grande oposição no Reino a tal projeto —, quer através de outras negociações, com ou sem intermediários, nomeadamente fomentando uma fuga do refém ou pagando um resgate. A desconfiança de ambas as partes fez gorar todos os projetos e a grande vítima acabou por ser D. Fernando, cujo cativo de cerca de seis anos oscilou entre o tratamento privilegiado de cativo de “luxo” e aquele que normalmente se dispensava ao mais humilde prisioneiro, tudo ao sabor das negociações com Portugal. Acabou por morrer em Fez, a 6 de julho de 1443⁸.

Ceuta continuava portuguesa, mas sozinha. O sucessor de D. Duarte, D. Afonso V (1432-1481, r. 1438-1481), rapidamente mostrou interesse no prosseguimento da guerra contra os muçulmanos. Em 1453, respondendo aos apelos do Papa no sentido de ser organizada uma cruzada como reação à conquista de Constantinopla pelos turcos, procurou, sem êxito, motivar outros soberanos. Convencido de que teria de agir sozinho, canalizou para o Norte de África os recursos financeiros entretanto obtidos e, em 1458, conquistou Alcácer Ceguer.

Depois de ter cancelado, em 1460, por pareceres negativos e também por uma doença súbita, nova ida ao Magrebe, D. Afonso V regressou em 1463, acalentando uma investida sobre Tânger. Já nos começos do ano seguinte, encontrou-se, em Gibraltar, com Henrique IV (1425-1474), rei de Castela, que, visando então a guerra contra Granada, deixou a D. Afonso V o caminho aberto para novas iniciativas no Norte de África.

8 Além dos estudos anteriormente citados de António Dias Farinha e Paulo Drumond Braga, cf. Luís Miguel Duarte, *D. Duarte. Requiem por Um Rei Triste*, [Lisboa:] Círculo de Leitores, Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2005, pp. 222-251; Ana Maria S. A. Rodrigues, *As Tristes Rainhas. Leonor de Aragão. Isabel de Coimbra*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, pp. 125-130. Sobre o particular do “infante santo”, cf. João Luís Inglês Fontes, *Percursos e Memória: do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais: Patrimonia, 2006; Maria Helena da Cruz Coelho, “Morrer pela fé e pela pátria. Um modelo hagiográfico”, *Revista Portuguesa de História*, tomo XL, Coimbra, 2008-2009, pp. 213-226; Maria de Lurdes Rosa, “Do santo conde ao mourisco mártir: usos da santidade no contexto da guerra norte-africana (1415-1521)”, in *Longas Guerras, Longos Sonhos Africanos. Da Tomada de Ceuta ao Fim do Império*, Porto: Fio da Palavra, 2010, pp. 96-97.